

Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757

Eduardo NEUMANN

Universidad Federal do Rio Grande do Sul (Brazil)

RESUMEN

Por su condición fronteriza, las reducciones de guaraníes administradas por los jesuitas en el Paraguay colonial, especialmente los Siete Pueblos, a lo largo de la primera mitad del siglo XVIII, tuvieron que hacer frente a los intentos expansionistas de Portugal experimentando una vivencia de constante estado de tensión. La rivalidad existente entre la tropa misionera y el frente lusitano, especialmente activo en la Banda Oriental, presenta una especial singularidad en la medida que los conflictos de esta naturaleza permiten rescatar los estados de ánimo y la identidad etno-cultural de los grupos implicados. La convivencia inter-étnica en el Rio de la Plata abría los caminos y las condiciones para que los guaraníes reelaborasen una nueva manera de percibir a su opositor «lusitano» y de reafirmar su propia identidad.

Palabras claves: misiones, jesuitas, guaraníes, identidad, frontera.

ABSTRACT

The mission settlements in colonial Paraguay, established by the Jesuits for Native American converts and called «reducciones», were constantly disturbed by the Portuguese expansion into the interior. This was particularly the case of the Siete Pueblos settlements. Due to the frequent clashes between the Guarani and the Portuguese armies, a bitter hostility grew among the contenders. As a result, the records of this mutual enmity reveal the atmosphere, the mood as well as the ethnic and cultural identities of those involved in a unique fashion. The constant skirmishes with the Portuguese allowed the Guarani to re-examine the way they perceived their opponent. On these occasions, the Guarani also reasserted their identity.

Key words: missions, jesuitas, Guarani, identity, frontier.

INTRODUÇÃO

Durante décadas as terras localizadas entre os limites meridionais dos Impérios coloniais Ibero Americanos caracterizavam-se por ser uma área de fronteira aberta, sujeita a influências mútuas, gerando constantes choques entre os diferentes grupos sociais presentes.

Exatamente por sua condição fronteiriça a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território.

Entre as iniciativas evangelizadoras na região, a que melhores resultados obteve foi a empreendida a partir do início do século XVII pela Companhia de Jesus junto aos Guarani do Paraguai colonial. Os primeiros anos foram marcados por adversidades de toda ordem ocasião que, por exemplo, enfrentaram os ataques dos *mamelucos del Brasil* (bandeirantes) às reduções, determinando inclusive o retraimento da área inicial de catequese, quando desistiram da evangelização em curso nas *sierras del Tape* (noroeste do atual Rio Grande do Sul).

Para fazer frente a ação desses escravocratas os jesuítas obtiveram a concessão de armas de fogo para equipar os índios, situação ímpar na América Hispânica. A possibilidade de uma milícia permanente nas missões, consolidou a aliança militar jesuítico guarani e determinou uma nova condição para as reduções, determinando transformações sobre as estruturas internas da sociedade missioneira¹. O êxito obtido por parte da milícia guarani na *Batalha de M'borore* em 1641, debelou definitivamente a ação dos bandeirantes em direção às reduções.

A importância das reduções jesuíticas como «tropa auxiliar» na defesa da Província do Paraguai, e em especial das terras rio-platenses foi resultado da instrução bélica dos jesuítas aos guarani, sendo um tema bastante explorado pela historiografia da região, principalmente do ponto de vista militar. Entretanto a indisposição existente por parte da milícia missioneira à movimentação portuguesa na região possui uma dimensão especial na medida em que confrontos dessa natureza possibilitam apreender a identidade histórica forjada pelos guaranis, a partir da confirmação de sua capacidade guerreira.

¹ Para uma avaliação criteriosa da militarização nas missões, ver: KERN, A.: *Missões: uma utopia política*. Editora Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982 (Capítulo 4: As instituições militares, pp. 149-207).

O fator determinante para o reinício das hostilidades foi a decisão de Portugal de instalar-se na margem setentrional do estuário Platino, efetivada através da fundação da Colônia de Sacramento, em 1680.

A presença lusitana no rio da Prata implicava na inclusão de novos contingentes populacionais junto a vida colonial rio-platense, contribuindo para modificar as relações sócio-culturais existentes. A mobilidade populacional, determinada por interesses estratégicos, configurava-se como uma das características mais marcantes do período em questão determinando a emergência de novas fronteiras étnico-culturais².

Este foi o caso das reduções conhecidas como «Os Sete Povos» que sofreram diretamente as implicações decorrentes de sua condição fronteiriça, principalmente diante da vizinhança da «gente luzitana» nas suas imediações. O retorno aos trabalhos de evangelização na Banda Oriental decorreram da presença portuguesa no rio da Prata, expressa na fundação da Colônia do Sacramento em 1680, fator desencadeador da reocupação das terras orientais (tape).

A população instalada nessas reduções, por seu contato assíduo com a frente de expansão portuguesa, estava mais exposta aos efeitos desse colonialismo. A realidade missioneira oriental impunha uma rotina de constante estado de alerta diante das investidas dos «lusitanos», obrigando os jesuítas a instrumentalizarem melhor os índios das milícias contra os seus potenciais rivais.

Neste contexto as provocações e hostilidades entre os portugueses e guarani cristianizados desde o século XVII, bem como as projeções e o estranhamento dos luso-brasileiros no século XVIII quanto ao cotidiano das reduções orientais, configuram-se como objetos de investigação promissores no resgate do estado de ânimo e das especificidades sócio-culturais dos grupos envolvidos, possibilitando apreender a coerência de sentidos que os impelia nessas ocasiões.

Assim o objetivo desta abordagem é o de formular novas questões a partir de outro olhar sobre os conflitos luso-guarani em terras orientais, estabelecendo um ângulo de análise que permita resgatar as motivações

² Para uma melhor compreensão do fenômeno da etnicidade é necessário incorporar as considerações de BARTH (1969) sobre grupos étnicos. O fenômeno étnico é entendido no «sentido organizacional», ou seja, organiza e estrutura a interação social pois permite verificar critérios e sinais que distinguem membros e não-membros de uma coletividade, ao mesmo tempo reiteram as diferenças e modos de inclusão de novos membros. POUTIGNAT, P.: *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. UNESP, São Paulo 1998.

subjacentes aos enfrentamentos militares e como esta oposição se configurou historicamente. Desta maneira consideramos que seja possível analisar as «imagens mentais» construídas pelos guarani cristianizados e a identidade forjada a partir do momento em que os portugueses redirecionaram suas atenções para o rio da Prata³.

Nos registros históricos de jesuítas, governadores provinciais e militares portugueses, a respeito do desempenho das tropas guarani, afloram impressões sobre estranhamentos mútuos. Estes momentos são destacados devido ao enfrentamento de forças e propósitos distintos que envolvem, revelando aspectos culturais dos índios cristianizados que, provavelmente não seriam registrados caso não fosse uma situação extrema de conflito.

MISSÕES ORIENTAIS E COLONIALISMO LUSO

A história da Colônia do Sacramento, pivô das principais animosidades luso-guarani, estava caracterizada por uma sucessão de cercos e assaltos espanhóis em colaboração com a milícia missioneira. Os confrontos registrados nas áreas limítrofes a Sacramento, determinaram o patrulhamento periódico das terras orientais pelos índios. Em ocasiões como estas ocorria a possibilidade de conhecimento de um pelo outro, alimentando aversões mútuas.

A principal consequência da instalação lusitana refere-se ao papel que esta iniciativa desempenhou como fator de alteração em toda região diante do consenso gerado por parte dos jesuítas, guarani e das autoridades hispano-americanas quanto ao significado da expansão portuguesa. Certamente ainda estavam presentes na memória de alguns missionários e dos indígenas mais idosos as atrocidades cometidas pelos bandeirantes no passado, fatos que inclusive determinara o êxodo do tape. Diante da insistência de Portugal em manter a posse da Colônia de Sacramento a Companhia de Jesus percebeu a importância de estender novamente a evangelização aos domínios orientais, através da fundação de novas reduções. Desta forma, uma parte da população missioneira foi transferida

³ «Trabalhando assim sobre a representação que os grupos modelam deles próprios ou dos outros a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias dos grupos que atribuem um «ser-apreendido» constitutivo da identidade». CHARTIER, R.: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Editora Difel, Lisboa, 1988, p. 23

para a margem oriental, reocupando uma área onde a catequese jesuítica fora inviabilizada décadas antes devido aos ataques bandeirantes.

Este movimento de reocupação através do deslocamento de vários guaranis para uma área de fronteira aberta e em contato com outra frente colonizadora implicava uma inserção singular desses índios na geo-política rio-platense. Aos índios missioneiros transladados ficou estipulada a tarefa de ocupar e patrulhar a Banda Oriental, ficando a cargo das reduções a serem estabelecidas desde a sua «(...) fundação, o ônus integral da defesa da extensa região circunscrita entre o Uruguai, o Prata e o litoral Atlântico»⁴, abrangendo assim toda a área pretendida por Portugal.

A movimentação de tropas portuguesas em direção ao rio da Prata gerou um clima de atrito permanente com a população das reduções. Estavam os guarani inscritos em plena fronteira luso-hispânica, suscetíveis e sujeitos aos ânimos decorrentes dos «conflitos de interesses ibéricos»⁵. Para tanto a *Batalha de M'bororé* servia de referência para os jesuítas emitirem recomendações específicas ao gerenciamento dessas novas reduções, pautando a orientação aos guaranis a partir de acontecimentos e conflitos passados.

Os fatos progressos registrados nas *sierras del Tape* contribuíram para que os sujeitos históricos presentes na Banda Oriental valorassem de maneira peculiar os efeitos produzidos pela sobreposição e justaposição de conflitos entre guaranis e lusitanos. Esta animosidade era renovada nos inúmeros contatos travados entre índios cristianizados e os agentes do colonialismo português no Prata. Os guaranis missioneiros possuíam um conhecimento prévio dos lusitanos, odiados como inimigos mortais.

As cenas registradas no primeiro cerco e tomada de Sacramento estão marcadas por uma grande determinação dos guarani quanto ao objetivo a ser atingido. A precipitação dos índios e os excessos cometidos no campo de batalha, massacrando o inimigo, determinaram que este acontecimento fosse conhecido como a «noite trágica» vista assim principalmente pelos olhos dos oficiais e soldados portugueses. Os guarani que atuaram contra os portugueses no primeiro ataque a Colônia manifestaram abertamente seu repúdio as pretensões lusitanas.

⁴ PORTO, A.: *História das Missões Orientais do Uruguai*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1954, p. 27.

⁵ SOLER, M.: «Colônia do Sacramento e as reduções; conflitos de interesses ibéricos», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande do Sul (1776-1976)*, I, 1976 p. 151 e segs.

A atuação da tropa missioneira, nesta campanha, era resultado direto das ordens expedidas por parte dos padres da Companhia de Jesus aos índios que capitaneavam. As instruções militares remetiam ao perigo da nova avançada portuguesa e os jesuítas exploravam as atrocidades promovidas pelos escravocratas paulistas, recordando a importância do feito passado como um estímulo ao belicismo.

Existia consenso entre os militares portugueses quanto ao empenho dos jesuítas nesta primeira tomada de Sacramento. O relato dos militares derrotados, enviados como prisioneiros à Buenos Aires, confirmava esta suspeita. Um destes chegou a formular a denúncia de que o governador desta cidade em tudo se regia pelos jesuítas, estando os padres «mais empenhados que todos ou somente empenhados na nossa expulsão por respeito das suas reduções», conforme a missiva datada de 1683, redigida no cativo. Pelo teor das declarações, este confronto, o primeiro de uma longa série, atesta o quanto os portugueses conheciam a oposição por parte dos jesuítas, e que o estranhamento maior decorria da determinação dos guarani no campo de batalha.

Nesta contenda, segundo a opinião dos comandantes portugueses, os jesuítas «derão repetidas ordens aos índios para que nenhum de nós ficasse vivo, dizendo nella em altas vozes *cyuca ca raiba*, que em língua dos índios quer dizer matai os brancos»⁶ conforme o relato minucioso de um oficial lusitano. Este militar enfatizava sobremaneira a belicosidade guarani, destacando o grito de guerra entoado em idioma indico, enunciado que ainda retumbava na memória dos sobreviventes.

Conflitos semelhantes estão relatados na documentação dos militares portugueses e narram cenas de ansiedade por parte dos índios missioneiros em campo de batalha. Essas informações nos permitem formular os seguintes questionamentos: qual era a projeção e expectativa dos índios a respeito dos portugueses. Que teor apresentava o discurso dos padres antes das batalhas? Como eram descritos aos guaranis os opositores lusitanos? Que entendimento possuíam do inimigo a ser combatido?

Primeiramente, sabemos que o infiel já estava designado pela Companhia de Jesus, ou seja os índios que resistiram a catequização, não aceitando a vida em redução eram conhecidos genericamente como «índios infieis». Como imaginar o inimigo, português, igualmente cristão, mas

⁶ CARTAS, Buenos Aires, 20 de janeiro e 3 de Janeiro de 1683: *ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Typografia G. Leuzenger & Filhos: Rio de Janeiro, 1909, XXXIX, pp. 159 e 169.

agora sendo concebido por um índio missioneiro? Restava no ideal cruzadista um espaço aberto para o estrangeiro invasor, que deveria ser eliminado pois usurpava uma terra que pertencia a outro monarca.

Em segundo lugar o significado da instalação da Colônia de Sacramento extrapolava as conhecidas questões territoriais e mesmo comerciais. Representava sobretudo a alteração das relações sociais e a materialização do receio extremamente difundido na população colonial de uma futura invasão à Buenos Aires, o que justificava o esforço conjunto entre as tropas hispânicas e a milícia guarani.

Igualmente a proximidade do colonialismo lusitano na fronteira sul do Império Espanhol determinou uma situação de confronto cultural múltipla. Pela primeira vez os portugueses defrontavam-se simultaneamente com índios cristianizados que se tornaram seus opositores contumazes, e por outro, estabeleciam alianças com uma população refratária ao cristianismo, mas que no contexto platino atendia as premissas da expansão lusitana. Estas situações decorriam das distintas modalidades de assimilação e recusa dos valores europeus por parte da população indígena no rio da Prata. As formas variadas de resistência a dominação colonial relacionavam-se a situação peculiar da condição de fronteira, onde a aculturação segue o dinamismo interno da sociedade indígena⁷.

Os guarani por exemplo, ao aderirem ao projeto missional, submeteram-se a uma situação de assimilação de valores da cultura cristã, o que findou por determinar a colisão de interesses com as demais parciaisidades da região e, em alguns casos, com a própria população colonial⁸. Os grupos de caçadores e coletores nômades por sua vez reagiam negativamente a cristianização pois atentava contra sua tradição e modo de vida errante. Viver em redução significava abdicar do nomadismo principalmente no momento em que as possibilidades de percorrer o território são ampliadas com a introdução do cavalo pelos europeus.

As parciaisidades indígenas que se opunham a catequização promovida pelos jesuítas percebiam as vantagens imediatas da formação de alianças com os agentes lusos, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra inimigos considerados mortais, como eram os guaranis. Por

⁷ WACHETEL, N.: «Aculturação» in LE GOFF, Jacques (org) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 116.

⁸ «(...) los «misioneiros» considerabanse «como muy diferentes en varias cosas de los otros Indios de aquella Provincia y aborrecidísimo por extremo...» apud Lozano p. 361, SUSNIK, B.: *Los aborígenes del Paraguay —etnohistoria de los guaranis— Época Colonial*. Museo Etnografico «Andres Bardedo», Asunción, 1979, p. 232.

conhecerem a lógica que regia as relações intertribais, através da experiência adquirida na América Portuguesa meridional, os luso-brasileiros exploravam a importância fundamental que representava a guerra para essas sociedades, tirando proveito da situação através da formação de alianças esporádicas⁹.

A oposição entre índios cristianizados e infiéis atingiu proporções alarmantes no início do século XVIII. Um exemplo flagrante dessa indisposição foi registrado em 1701 na redução de Yapeyu, a mais austral de todas¹⁰. Esta foi invadida à mão armada por esses índios, e a igreja saqueada e profanada, sendo roubadas «las ymagenes y los vasos sagrados, y se llevaron gran cantidad de caballos y vacas», o saque de objetos vinculados a cultura cristã, indica uma possibilidade de leitura do conflito central entre cristianizados e pagãos e mostra também os primeiros efeitos da instalação de Sacramento na fronteira luso-espanhola.

Os problemas gerados pela ação dos infiéis atingiam principalmente o comércio das cidades coloniais rio-platenses, por esse motivo o governador de Buenos Aires determinou a formação de um exército hispano-índigena, arregimentado especialmente para esta campanha. Sob o comando do sargento Alejandro Aguirre partiram 80 soldados espanhóis acompanhados por mais de 200 índios Tapes, armados com bocas de fogo para castigar os infiéis. Após percorrer as margens do rio Uruguai localizaram nas barrancas o acampamento dos mesmos. A guerra durou cinco dias, muitos morreram na batalha e foram aprisionados mais de 500 índios figurando entre os capturados mulheres e crianças. Os relatos que narram a vitória obtida pelo exército comandado por Aguirre permitem extrair algumas conclusões das motivações subjacentes a indisposição reinante na Banda Oriental e do modo como agiram os guarani neste conflito. Sem dúvida, a ação desses infiéis foi potencializada a partir das provocações dos portugueses residentes em Sacramento, estimulando-os a hostilizar as terras dos guaranis, roubando cavalos, promovendo mortes e toda sorte de confusões.

⁹ Sobre este aspecto consultar: «Contato, alianças e conflitos», in MONTEIRO, J.: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994, p. 29.

¹⁰ Este episódio foi abordado de maneira descritiva, mas respaldado em ampla investigação documental pelo Professor Dr. E. MAEDER: «El conflicto entre charruas y guaraníes de 1700: una disputa por el espacio oriental de las Misiones», *ICADE*, 20, Madrid, 1992, pp. 129-144,

No memorial dos Superiores das Missões, redigido dois meses após a vitória, os responsáveis pelas reduções do Paraná e Uruguai esclarecem que se deveria evitar que os Tapes cometessem excessos com os «rendidos» ou melhor «prisioneiros». Os jesuítas nesta ocasião procuraram mediar as relações entre as parcialidades, interferindo na lógica das relações entre grupos rivais, evitando o sacrifício dos capturados, visto que a matança dos prisioneiros era uma prática comum, quando o grupo vencedor celebrava a vitória obtida através da vingança. Os próprios índios capturados depois da derrota manifestavam temor de uma atitude de vingança e recebavam o «*furor sangriento de los Indios Tapes*» devido a provocação em Yapeyu.

Os inconvenientes registrados neste ano foram o resultado imediato da proximidade portuguesa em terras orientais e a indisposição maior decorria da afronta dos inimigos Charruas e Minuanos aos guarani em suas próprias terras. A ação de Portugal ao estimular o enfrentamento entre grupos rivais visava principalmente atingir o trabalho dos jesuítas, procurando desestruturar a obra catequizadora e inviabilizar a manutenção dos trabalhos reducionais. Os portugueses souberam potencializar as diferenças culturais existente entre as parcialidades indígenas, ocasiões em que sempre procuravam tirar proveito da situação em prol de suas pretensões expansionistas.

As alterações operadas nas relações inter parcialidades indígenas pelos portugueses justificava as reações violentas dos guaranis contra os «lusitanos». O conhecimento adquirido pelos guaranis, sobre a natureza do seu rival, em parte pautado na orientação jesuítica e na experiência adquirida nas batalhas, determinaram as repetidas provas de ódio ao opositor. Estes combates eram encarados como um acerto de contas, uma vingança contra os distúrbios e as mortes promovidas em suas terras.

Motivos dessa ordem obrigavam os jesuítas a aperfeiçoarem os instrumentos de pregação cristã, acentuando as diferenças entre o bem e o mal, e os limites entre o sagrado e profano. Os portugueses são vistos como empecilhos aos trabalhos de evangelização, pois atuam em parceria com os índios infieis opositores contumazes ao trabalho de catequese, para quem a indisposição maior referia-se a presença dos missionários.

Quando em 1705 atacaram Sacramento pela segunda vez, para destruí-la, a tropa missioneira já possuía um entendimento mais elaborado sobre quem eram os lusitanos e o que eles representavam. Um quarto de século separava esta contenda da primeira iniciativa de Manuel Lobo. O descon-

forto guarani e o repúdio a presença prolongada dos efetivos militares lusitanos ficou expresso na elevada animosidade manifesta por estes no momento de aniquilar o oponente, em uma explosão de violência vingativa. Movidos pelo desejo de ajustar as contas com os supostos mandatários do ataque a Yapeyu, os guaranis extravasavam, agindo além das ordens do jesuíta responsável. Esta situação obrigou o Superior da Companhia de Jesus, José Mazó, encarregado dos trabalhos de guerra a dirigir-se pessoalmente ao governador de Buenos Aires na sua barraca de campanha, em pleno campo de batalha, para reconhecer diante deste que «no podia contener à los índios»¹¹.

A desordem nesta campanha surpreendeu tanto aos padres como o governador, e a reação descontrolada dos índios considerada como bárbara, pois inviabilizava a formação de uma estratégia militar adequada. As tropas em combate, em determinados momentos, devido a dificuldades na comunicação ou movidos por questões extra bélicas, não respondiam às ordens dos provinciais e atacavam o inimigo português aos berros, sem a disciplina militar esperada¹². Estavam pouco preocupados com a tática militar ou a estratégia diplomática da Coroa Espanhola, guerreando nessas ocasiões à sua maneira.

Os excessos cometidos pelos guaranis neste cerco não refletiam a orientação militar recebida, pois sua ação foi avaliada como sendo uma nulidade quanto ao objetivo esperado, mas nem por isso, segundo palavras do próprio governador de Buenos Aires, deixavam de apresentar «*provecho para lo que se ha conseguido*». Mesmo quando os guarani não correspondiam ao padrão de conduta esperado, os governadores costumavam reconhecer os méritos dos serviços prestados. Pois apesar dos contratempos, colaboravam nas campanhas militares valendo como numeral, e o êxito dependia muito mais da modalidade do serviço solicitado e principalmente da natureza do oponente. A perda de controle sobre a tropa ocorria com frequência contra os portugueses, indicando uma atitude intrínseca quanto ao ressentimento longamente acalentado.

¹¹ PASTELLS: *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, 1913, V, p. 118. 1705.10.10. Carta del Gobernador de Buenos Aires, D. Juan Alonso de Váldez, a Su Magestad.

¹² «Si bien fueron los mismos jesuitas, algunos con experiencia militar, a cargo de la formación y preparación de la milicia guarani, ellos no podían dominar y controlar el libertinaje de los milicianos después de cada intervención armada (...)», SUSNIK, 1979, p. 229.

A cada momento ficava evidente que os esforços de Portugal eram sólidos e determinados, e desta vez apenas o estímulo militar não bastaria para justificar perante os Tapes cristianizados outra ação contra a nova investida lusitana no Prata. A ocasião requisitava uma disposição maior para a guerra. Neste contexto, motivos extra bélicos começam a confundir-se com interesses materiais. Os guaranis missioneiros já defendiam o Rei de Espanha desde a militarização promovida pelos jesuítas no século XVII. A mobilização neste momento necessitava de novo impulso, um motivo adicional.

O permanente estado de confronto e de tensão existente entre índios das missões e os luso-expansionistas na região implicava no reforço dos mecanismos de catequese e na ênfase destes como inimigos à evangelização. A reinstalação de Portugal, através da Nova Colônia de Sacramento em 1715, levou os jesuítas a reavaliar as premissas que sustentavam a orientação aos guaranis contra os portugueses.

As reduções orientais do Uruguai, por sua condição de fração mais próxima a expansão lusitana, colocava os guarani das reduções diante dos efeitos imediatos das provocações portuguesas, ou indiretamente através da ação dos índios infieis. Em contrapartida, na extensa raia meridional, os agentes luso-brasileiros vivenciaram uma situação similar, pois o desconhecimento inicial alimentava nesses conquistadores expectativas e projeções a respeito da realidade missioneira e sobre o comportamento dos índios. Havia grande curiosidade sobre o funcionamento das reduções e sobre o real interesse dos jesuítas em proteger os guaranis e a capacidade militar dos «tapes».

A grande curiosidade dos luso-brasileiros quanto a localização das reduções, determinou a confecção de um mapa a partir das informações fornecidas por um índio das missões guaranis a um jesuíta português. Em 1727, o Governador do Rio de Janeiro, Vaia Monteiro, enviou a Lisboa o mapa indicando a posição das sete missões instaladas entre 1682 e 1707, informação que provavelmente aumentava a apreensão dos portugueses. Estavam os conquistadores determinados a estabelecer instrumentos eficazes na expansão rumo ao Prata, e as missões caracterizavam um entrave a interiorização portuguesa na Banda Oriental. Por outro lado, havia grande atração das autoridades lusitanas sobre o cotidiano das reduções, e o desconhecimento estimulava a imaginação e fomentava especulações a respeito da existência de minérios.

Parte destas impressões estão registradas na argumentação dos primeiros cronistas luso-brasileiros. A correspondência destes pioneiros, de

maneira bastante significativa, expunha claramente a visão e a aversão dos luso-expansionistas a respeito dos guaranis instalados nas terras orientais¹³.

A crônica de época de Simão Pereira de Sá, bacharel português, enviado a Colônia de Sacramento em 1737, com a incumbência de escrever sua narrativa, é um dos que ratifica o consenso existente em torno de algumas questões. Pereira de Sá somente conheceu a história de Sacramento anterior a sua chegada através de relatos indiretos, e ao reconstruí-la incorreu em certas liberdades ficcionais.

Nesta crônica, entre vários temas, destaca-se a convivência com os índios da região, manifestando a preocupação aos danos que estes poderiam representar para Sacramento. Os índios são visto num tom pejorativo, considerados como «bárbaros» ou «hóstis», numa visão que repete o constructo indígena forjado pelos primeiros europeus a visitarem o Prata, resultando em uma representação onde o nativo é visto como selvagem, omitindo as diferenças entre as parcialidades indígenas da região¹⁴.

Devido a esta tendência, Pereira de Sá, em determinado momento de sua crônica, passou a considerar todos os índios como tapes, relatando que estes prevaleceram sobre os demais por serem mais valentes, entretanto sem evidenciar os motivos desta valentia. Estas versões possivelmente resultem das informações que chegaram ao conhecimento de Pereira de Sá por intermédio de militares encarregados da ofensiva lusa na raia meridional, momento em que experimentaram a intensidade da ojeriza missioneira, fatos que contribuíram para elevar o receio dos oficiais portugueses diante de possíveis ataques dos índios «Tapes».

Esta situação evidenciava-se nas instruções expedidas por Gomes Freire de Andrada, alto funcionário da Coroa Portuguesa encarregado do comando das operações no sul, quando da instalação do forte Jesus-Maria-José na barra do Rio Grande em 1737. Nesta ocasião alertara sobre a possibilidade de uma ofensiva missioneira, recomendando para «(...) por

¹³ SANTOS, J.: «As missões jesuítico-guaranis nas crônicas dos primeiros cronistas luso-brasileiros do Rio Grande do Sul». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, XV, n. 1: p. 280.

¹⁴ Sobre este tema existe a seguinte apreciação: «La representación del indígena provista por Sá, por ser tan general, no permite discriminar entre unos y otros. De ahí que atribuya las hostilidades sufridas por los portugueses a manos de los charruas, chanas, bohanes o minuanes, a su connivencia com los españoles; por eso, es incapaz de perceber que tan sólo los de las misiones colaboran com el enemigo». VERDESIO, G.: *La invención del Uruguay*. Ed. Graffitti & Ed Trazas, Montevideo, 1996, p. 118.

dita Fortaleza em estado de defesa até o mês de setembro, por ser o tempo em que se dizem costuma secar os campos, e de ser a eles os índios tapes de quem se pode recear uma invasão»¹⁵

O aviso de Gomes Freire possuía fundamento e vários índios compareceram a esta barra, manifestando certa perplexidade diante da presença lusitana em Rio Grande, promovendo ação análoga a realizada em Sacramento: afugentar o gado *vacum* das imediações, repetindo a tática de terra arrasada. Os portugueses, sob as ordens de Cristovão Pereira, percebendo a preocupação dos índios na execução desse trabalho, começarão de perto a intimidá-los com as armas e mesmo «(...) cabendo mais de cem tapes a cada português, largarão de mão a tarefa, e dezampararão o Campo» conforme o relato de Pereira de Sá. Os «tapes» somente começaram a pelejar depois de recuar meia légua de distância, repetindo o «seu costume bárbaro», brandindo lanças e se jogando em horas de batalha¹⁶.

Provavelmente a opinião deste cronista a respeito dos índios esteve orientada pelos relatos que ouviu sobre os cercos e assaltos a Sacramento, quando a atuação dos índios causou estupor geral. Nestas ocasiões os guarani das missões manifestavam todo o seu ódio e raiva ao inimigo português, mobilizados e motivados pelo desejo de luta-vingança. O comportamento guerreiro dos índios missioneiros nestas campanhas reforçava aos portugueses a idéia do nativo como bárbaro e hostil. Em ocasiões como estas guerrearam conforme sua maneira, repetindo as táticas de batalha utilizada contra os inimigos considerados mortais. Os desdobramentos provenientes desse clima de animosidade crônica, atuaram historicamente na elaboração da representação dos inimigos lusitanos como opositores seculares a evangelização na Banda Oriental.

A IDENTIDADE REGIONAL ATRIBUÍDA

Ao longo de várias décadas os guarani aprenderam a desconfiar dos interesses subjacentes as ações do colonialismo português, preferindo muitas vezes viver errante nas matas e vales a submeter-se às determi-

¹⁵ MENDONÇA, M.: *Século XVIII, século pombalino do Brasil*. Biblioteca Reprográfica Xerox, Rio de Janeiro, 1989, p. 173.

¹⁶ SÁ, P.: *História Topográfica e Bélica na Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Typographia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1900, Primeira edição. (Segunda edição, integral: Porto Alegre, RBS e Banco Real, 1993), p. 160.

nações dos agentes lusitanos. Os próprios caciques missioneiros reconheciam a ocorrência de evasões por parte dos seus índios, entretanto distinguiram o comportamento dos guarani evadidos em relação a conduta das demais parcialidades indígenas que circulavam pela região.

Por atuarem com frequência nos campanhas militares, os índios das missões seguidamente eram elogiados pelas autoridades hispânicas. Os governadores provinciais quando referiam-se aos guarani, arrolando os serviços por esses prestados, costumavam nomeá-los como «índios de las misiones» ou simplesmente «índios tapes», conforme indicam as atas do Cabildo de Buenos Aires¹⁷. Inclusive se distinguia os guarani aldeados dos demais agregando a palavra redução. Posteriormente, os índios das missões orientais passam a ser nomeados simplesmente como Tapes. Porque os mandatários coloniais referiam-se aos guaranis orientais de uma forma distinta? O que indica esta particularidade?

Uma consulta a documentação rio-platense, seja eclesiástica ou civil, permite inferir que o vocábulo Tape talvez indique uma diferenciação étnico-cultural e que esta particularidade foi reproduzida pelas autoridades, ou será apenas uma mera projeção geográfica que se impunha ao coletivo?

Este indagação parte do argumento de que todas as formas de exceção, seja uma toponímia aberrante ou mesmo a importância atribuída ao nome próprio na história, permitem renovar o questionamento entre os sistemas explicativos e o «isto» ainda inexplicado, como observou Michel de Certeau¹⁸.

A dinâmica histórica das relações travadas nesse território implicou uma diferenciação da população missioneira oriental, existindo na compreensão dos colonizadores os guarani e os tapes, excluindo os últimos da denominação genérica de Guarani, respeitando assim a pauta cultural subjacente aos «tapes missioneiros». O fato dos guarani orientais serem denominados de tal forma nos sugere exatamente a questão de procurar evitar a generalização excessiva, e assim escapar da omissão da especificidade cultural do grupo.

¹⁷ Cabildo del 7 de Enero de 1721. *Índios Tapes*. Se solicita su ayuda para la siega, in A.C.E.B.A. (Archivo del Cabildo Eclesiástico de Buenos Aires), Serie II, 1926, IV, p. 252. Cabildo del 8 de Diciembre de 1740. *Índios Tapes*. Proposición sobre encargarles la recolección de las cosecha, in A.E.C.B.A., Serie II, 1928, VIII, p. 203.

¹⁸ CERTAU, M.: «A operação histórica». LE GOFF, Jacques (Org): *História: novos problemas*. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1988, p. 40.

Nossa hipótese encontra sustentação nas impressões de um jesuíta contemporâneo às Missões durante o século XVII, que tem na sua obra uma das primeiras crônicas sobre a história das reduções, narrando os contatos iniciais com grupos de índios guarani ou guaranizados até então isolados ou desconhecidos.

Ao descrever os habitantes do Tape, em 1673, o padre Nicolas Techo mencionava que estes «(...) en casi nada se diferencian, por lo que tóca à sus costumbres e idiomas, de los guaranis» mas agregava no entanto que estes «son de carácter más dulce y menos corrompido por los vicios, y está probado que no hay en la América meridional nación tan apta para aprender y conservar el cristianismo»¹⁹. Uma vez relativizada a interpretação catequisadora presente no relato, o autor indica a possibilidade de apreensão dos Tapes como uma «massa» mais propensa ao evangelho, e por conseguinte ao êxito da catequese.

Todavia esta opinião um tanto quanto exaltada deste jesuíta seria contraposta pelos acontecimentos posteriores. Os Tapes missioneiros não desfrutavam de grande simpatia dos seus contemporâneos, sendo vistos como «ladrones y desertores» condição facilitada pela vizinhança portuguesa, fator de estímulo às evasões periódicas.

A área conhecida como Tape, por ter sido uma das últimas a ser definitivamente reincorporada ao projeto missional, apresentou algumas particularidades na evangelização desses índios. Por esse motivo somente um exaustivo trabalho etnográfico, minuciosamente realizado, poderá «(...) reconstruir toda la riqueza de estas agrupaciones y federaciones guaranies, otorgandoles su proyección étnica real»²⁰ conferindo a devida importância ao substrato anterior sob o qual se impôs a catequese.

Desta forma as distinções existentes no momento da conquista entre os conjuntos territoriais do Paraguai, conhecidos como *guara*, em algumas casos foram mantidas ou simplesmente reproduzidas durante a colonização atuando como referência geográfica e toponímica para determinadas áreas dentro da Província Jesuítica. O aumento da área física das missões implicava em um lento processo de (re)integração de novas áreas da cultura guarani ao espaço missioneiro, agregando territórios a Província em expansão como ocorreu com o Tape no último quartel do século XVII.

¹⁹ TECHO, N.: *Historia de la Provincia del Paraguai de la Compañia de Jesus*. Libreria y Casa Editorial A. de Uribe y Compania, Asunción, 1897, IV, p. 191

²⁰ GARAVAGLIA, J.: *Mercado interno y economia colonial*. Ed. Grijalbo, México, 1983, p. 284.

As primeiras referências na documentação associando ou utilizando o termo Tape como sinônimo de guarani oriental foram registradas no início do século XVIII, como consta no documento de 1702 assinado pelos Superiores das missões. Posteriormente esta denominação é estendida ao domínio público, sendo utilizada correntemente tanto por parte dos jesuítas como por parte das autoridades hispânicas. Os governadores provinciais e mesmo os agentes luso-expansionista em boa parte da documentação setecentista referem-se aos índios orientais como sendo «Tapes».

Desde o início do século XVIII passou a ser voz corrente referir-se aos guarani orientais desta forma. Os próprios padres das reduções diferenciavam a população das missões orientais da denominação usualmente atribuída aos guarani das demais reduções. Os tapes cristianizados faziam parte da grande tradição cultural guarani mas ao que tudo indica possuíam uma especificidade étnico-cultural.

As autoridades coloniais, por travarem uma convivência mais próxima da população das reduções, possuíam conhecimento destas particularidades, manifestando-as no momento de prestar contas. Na correspondência expedida ao monarca de Espanha os governadores detalhavam aspectos referentes à qualidade dos serviços e o comportamento dos recrutados. Os governadores de Buenos Aires quando, no século XVIII, especificavam os trabalhos prestados pela população das missões referiam-se a esta como sendo de Tapes, entendimento que aponta o reconhecimento e a reprodução da clivagem étnico-cultural existente entre os índios aldeados.

O jesuíta José Aguirre, por exemplo, em 1722 ao redigir uma correspondência ao Governador de Buenos Aires, destacando a importância dos serviços prestados com prontidão por seus tutelados, diferenciava dentro do grupo uma parcialidade da outra, mencionando-os como «pobres Yndios Guaranis y Tapes»²¹, sinalizando provavelmente uma identificação entre população e território. O jesuíta em questão, sem querer, estava evitando a homogeneização sócio-cultural, contrapondo-se à tendência geral de nivelamento cultural perseguida pela própria Companhia de Jesus.

Os próprios jesuítas ao narrarem os episódios do passado atribuindo-lhes um sentido histórico, contribuíram para reforçar as memórias indí-

²¹ M.C.A. (Manuscritos Colección de Angelis), 1954, V: Documento XXXIV-Exorto do padre Joseph de Aguirre ao Governador de B. Aires, D. Bruno Mauricio de Zabala, pedindo-lhe..., p. 185.

genas sobre o *guará*, potencializando a consciência de unidade e identidade étnico-cultural aos «Tapes». Esta condição decorre da própria situação colonial que determina uma nova relação da sociedade indígena com o território, deflagrando o *processo de territorialização*, ou seja, quando uma coletividade organizada formula uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisões e de representação, reestruturando sua formas culturais²².

Nesse sentido a identidade regional do Tape manifesta a partir do confronto renovado com o «lusitano» possibilitou ordenar grupos que passam agora a ser visto e se reconhecem como sendo Tape, numa dinâmica em que as representações estão associadas ao confronto entre grupos sociais específicos. O importante é demonstrar os mecanismos que possibilitaram a estes índios refabricaram constantemente sua unidade e diferença face aos outros grupos com os quais estiveram em interação. Visto de outra perspectiva, constituindo milícias que, através do expediente da guerra, com alta eficácia entre os nativos, assegurava alguma possibilidade de «unidade» entre parcialidades que se viam e eram vistas como distintas. Cria-se a possibilidade de um outro tipo de coletividade que contrasta com o «outro» que é o branco português, o «lusitano». Desta maneira qualquer noção de história e identidade por parte desta população oriental esteve condicionada pelos constantes enfrentamentos com os lusitanos, reatualizados através de novos confrontos.

A instrução jesuítica inspirada no ideal cruzadista, evocadora da origem dos soldados de cristo, fundida ao significado da guerra na preservação da memória do grupo, justificava a permanência e manutenção desse território (*guará*) por parte dos índios orientais, espaços construídos pelo sincretismo entre elementos da cultura guarani e o cristianismo militante dos jesuítas.

Principalmente diante do fato de que esta orientação encontrava campo fértil no modo de ser guarani, pois esta sociedade quando deparava-se com uma situação problemática, apresentava como resposta uma atitude nova, mas baseada na tradição²³. O comportamento manifesto pelos guarani nestas situações esteve orientado pelo passado.

²² OLIVEIRA, J.: «Uma etnologia dos «índios misturados»? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais». *MANA* 4 (1): 1998, pp. 47-77. (Especialmente o item: «Situação colonial e territorialização», pp. 54-61).

²³ Considerações sobre este tema podem ser consultadas: SOARES, A.: *Guarani: organização social e arqueologia*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1997, pp. 23-4.

Esta compreensão do presente orientada a partir do passado seria novamente sugerida aos guaranis do Sete Povos diante da ofensiva lusitana em direção as missões Orientais. O motivo foi a celebração do Tratado de Madri, em 1750, determinando a troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento. Apesar de toda a oposição e resistência ao Tratado, ambas as Cortes empenharam-se na sua execução, pois configurava-se como a primeira tentativa de fixar a fronteira entre os domínios Ibéricos na região Platina²⁴.

Em toda América Hispânica surgiram manifestações de contrariedade a submissão de Madri. De várias áreas chegavam notícias de desgosto a decisão tomada pelo monarca Espanhol. A mais extremada foi sem dúvida a oposição dos guarani, acompanhada do repúdio dos Superiores da Companhia de Jesus, e o conseqüente desacato dos índios às ordens de transmigração. Como aceitar a entrega dos Sete Povos aos seculares inimigos portugueses?

Ao iniciarem os trabalhos de demarcação dos novos limites meridionais, muitos desentendimentos foram registrados entre os guarani dos Sete Povos e os integrantes das Comissões demarcadoras. Em junho de 1753, o governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, enviou uma carta que depois de traduzida ao guarani, deveria ser lida e explicada aos índios revoltosos contra a transmigração. Como réplica às recomendações do governador, os caciques de cada redução redigiram e enviaram uma resposta ao governador. A priori o conteúdo destas visava anular às disposições de Madri, argumentando sobre as repetidas promessas do rei de Espanha quanto a inviolabilidade das reduções²⁵.

A indisposição e o desgosto de uma parcela da população missioneira, ficou evidenciada diante do teor dessas cartas, onde argumentavam a respeito do seu direito sobre as terras e os inestimáveis trabalhos de guerra prestados exatamente contra os portugueses. Por seu conteúdo, estes documentos expõem o elevado grau de ódio que os índios nutriam contra os «lusitanos» considerados como inimigos históricos²⁶.

²⁴ BIASI, Susana: *Conflictos hispano portugueses en el Plata, 1750-1777*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1984.

²⁵ MATEOS F., S.J.: «Cartas de indios cristianos del Paraguay». *Missionalia Hispanica*, Madrid, 1949, 16, pp. 547-572.

²⁶ As cartas enviadas de São Miguel e São Nicolau são as mais extensa, incisiva e questionadoras quanto ao Tratado de Madrid, denunciando os portugueses da seguinte maneira: «Ni es bien tampoco que la dejemos en mano de los portugueses, que son del diablo, ni tampoco sabemos que sean hijos de la santa Iglesia, vosotros lo sabéis». A 20

Todas as reduções orientais manifestaram sua insatisfação as ordens de transmigração, mas a oposição mais radical ao Tratado de Madri partiu dos índios de duas reduções: São Miguel e São Nicolau.

A população mais recalcitrante pertencia exatamente as reduções que foram instaladas no Tape durante o chamado primeiro ciclo jesuítico na Banda Oriental, entre 1626-1637, e posteriormente deslocadas para a outra margem do rio Uruguai diante das investidas dos bandeirantes²⁷. No final do século XVII estas reduções foram novamente trasladadas para a margem oriental do Uruguai, integrando os Sete Povos.

Provavelmente ao explorarem os acontecimentos da primeira fase como um exemplo dos graves danos que representava a proximidade com o colonialismo português, os jesuítas estavam ao mesmo tempo recordando aos índios orientais a possibilidade de novas vitórias calcada nos feitos anteriores, estabelecendo uma relação de continuidade na maneira de conceber os inimigos.

Nestas duas reduções a orientação pautada no passado encontrou maiores condições de interpelação junto a população missioneira, pois os índios percebiam uma relação de continuidade na maneira de representar o seu inimigo histórico. Esta possibilidade decorria da própria situação colonial e do subsequente *processo de territorialização* que se fez mais incidente nas reduções orientais, particularmente em São Miguel e São Nicolau²⁸.

Como não foram atendidas as solicitações desses guarani insurretos, em 1754 eclodiu uma rebelião colonial conhecida na historiografia como

de julio de 1753. Los del cabildo de San Miguel; «También en esta tierra han muerto entre nosotros maestros santos, los padres sacerdotes que por nosotros se cansaron tanto, y por Dios y su amor padecieron todo genero de trabajos. Por qué, pues, los portugueses tienen tanta ansia por esta tierra?». Corregidor, cabildo e todos caciques de São Nicolau (sem data)». MATEOS, 1949, pp. 558-567.

²⁷ MONTROYA, A.: *La conquista espiritual del Paraguay (hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape)*. Madrid, 1639. Estudio preliminar y notas Dr. Ernesto J. A. Maeder. Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, Rosario, 1989. (Capítulos: LV. Reducción de San Nicolas; e LXIV. Reducción de San Miguel, pp. 221 e 241).

²⁸ Segundo o estudo demográfico de Martinez é interessante destacar que «(...) parte de los indios de los pueblos de San Nicolas y San Miguel permanecian em poblados provisionales dentro de sus propias estancias (2288 índios de San Miguel y 1548 de la de San Nicolas); por tanto, sin haberse aún completado la transmigración de estes dos pueblos». MARTÍNEZ, C.: «Datos estadísticos de población sobre las misiones del Paraguay, durante la demarcación del Tratado de Limites de 1750», *Revista Complutense de História de América* 24, 1998, p. 255.

«Guerra Guaranítica»²⁹. O permanente estado de beligerância determinava a secular resistência oriental à presença de efetivos «lusitanos» em suas terras.

Apesar de lograrem algumas vitórias iniciais, o exército rebelde guarani é dizimado em fevereiro de 1756 na Batalha de Caiboate. Quando após duas horas de combate em campo aberto contra as forças coligadas hispano-lusitanas, aproximadamente 1500 guarani foram chacinados.

Pelo fato de conviverem seguidamente com as pretensões portuguesas no rio da Prata seguidamente surgiam oportunidades que facultavam principalmente aos guarani orientais reelaborarem o seu entendimento quanto ao opositor «lusitano» momento em que igualmente reafirmavam a própria identidade regional atribuída (tape).

Exatamente como aconteceu durante a «Guerra Guaranítica», quando uma fração desta população oriental formulou uma identidade própria, estabelecida a partir do confronto com inimigo particular apreendido como um *continuum* percebido, fator que acarretou na defesa das suas convicções até a morte.

²⁹ A bibliografia sobre a guerra guaranítica é copiosa e apresenta diferentes pontos de vista quanto ao entendimento do conflito. Consultar: MELIA, B. & NAGEL, L.: *Guaranies y jesuítas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. URI, CCM/ Santo Angelo; CEPAG, Asunción, 1995. (Vide: Capítulo 13. 00: El tratado de Madrid y la Guerra Guaranítica, pp. 223-238).